

PERSPECTIVAS CURRICULARES PARA O CURSO DE PEDAGOGIA: O PRÓLOGO NECESSÁRIO*

MARISTELA ANGOTTI**

A análise das possibilidades para o desenvolvimento do tema proposto _ "*Perspectivas curriculares para o Curso de Pedagogia*" _ permitiu seguir um caminho que pareceu pertinente e adequado para o momento. Este caminho resvala na necessidade de sensibilização dos envolvidos com determinado curso, no sentido de se levantar as perspectivas necessárias de serem trabalhadas no intuito de entender e assumir um conceito específico de currículo e, a partir daí, pensar os desdobramentos para a sua elaboração e implementação na prática. Deste ponto decorre o prólogo necessário.

Neste sentido, gostaria de me aventurar um pouco na análise sobre como devemos pensar o significado de currículo ? Quais seriam as condições e o entendimento sobre tal elaboração ? Quais as perspectivas a serem analisadas?

É inegável que temos hoje condições de fugir a um pensamento mais linear, pragmático, para ousarmos construir um novo tempo (que não está dado) e traçarmos caminhos que venham a atingir as necessidades e exigências impostas pelas condições reais de nossa existência neste contexto. O que significa dizer que hoje, com a atual Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, não regulamentada em sua totalidade (por exemplo : ainda não foram definidas as disciplinas que constituirão os 50% do Currículo Comum dos Cursos, definição que está por vir; as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Pedagogia estão sendo elaboradas...), permite condições de nos adiantar e atuarmos no sentido

*Trabalho apresentado em mesa redonda da "Jornada de Educação: novos tempos, novos caminhos (?)", FCL/UNESP/CAr, 1998.

** Professora Doutora do Departamento de Didática da Faculdade de Ciências e Letras/UNESP/Câmpus de Araraquara – E-mail: stamaris@fclar.unesp.br

propositivo, indicando, quem sabe, alguns caminhos a serem seguidos. Este procedimento demandaria dos envolvidos, no caso nós, seriedade, esforço, compromisso, ousadia, atuação política para implementação de perspectivas educativas nas quais acreditamos.

A primeira etapa inicial demandaria, portanto, de um processo de sensibilização dos professores formadores, por meio do qual pudessem ficar definidos ideais, valores, fundamentos, procedimentos em relação ao pedagogo que se quer formar e a maneira de conduzir tal formação.

Destaca-se, assim, um primeiro princípio que deve nortear a conduta da pessoa e sua expressão no profissional, o princípio da congruência. Para Estrela (1992), este é um princípio e um objetivo que toda a formação deveria obedecer e,

“...se a conquista de uma congruência pessoal e profissional é um imperativo de toda a formação humana, esse imperativo torna-se obviamente mais categórico em relação à formação do educador. A congruência profissional, faceta importante da congruência pessoal, exige, entre outras condições, a coerência entre pensamento e acção, tornada possível pela capacidade de tomada crítica de consciência de si em situação real. (...)

(...) “Por outras palavras, toda formação docente implica a formação de uma atitude de questionamento do real. Atitude que, em nossa opinião, se identifica com a atitude experimental exigida por uma prática pedagógica que se quer cientificamente fundamentada.” (p.47)

Permitir a exposição e o aclarar de idéias dentro do espaço e entre os profissionais envolvidos com o curso é um bom termo para se buscar o que temos de comum, para se identificar consensos, sonhos. Pois, como já dizia a letra de uma música interpretada pela Simone: “Sonho que se sonha só é apenas sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade.” Mais um princípio explicitado, o do trabalho coletivo, no qual deposito meus créditos.

Falar de coletivo significa começar a adentrar no significado que o currículo deva assumir, e, defendo aqui, a idéia de currículo como uma construção social, no sentido definido por Goodson(1997), em que não se pensa ou não se constrói nada individual, atemporal, e/ou descontextualizadamente.

Estou por meio desta concepção querendo enfocar o caráter coletivo, cooperativo, crítico, contextualizado, histórico que deve perpassar este tipo de elaboração, em que não se poderá pesar mais as considerações singulares, mas estas deverão estar inseridas no conjunto das considerações a serem analisadas pelos atores educativos que estarão trabalhando em prol de um Projeto Educativo de Formação de Pedagogos, como é o nosso caso.

O que significa assumir a necessidade de aprendermos a trabalhar conjuntamente (que é fato, nós não o fazemos porque não o sabemos fazer, provavelmente até por causa da estrutura departamentalizada ou de atribuição de graus diferenciados de importância às áreas que compõe o campo educacional), sem medo de perdermos espaços ou status, mas trabalhar no sentido de nos direcionarmos a buscar uma nova lógica para a construção do nosso currículo que venha de fato a atender ao perfil de pedagogo que queremos formar.

Podemos acrescentar ao nosso entendimento de currículo elementos expressos na concepção de Vilar (1994), como sendo simultaneamente "...-projeto- e- prática -, na medida em que, à Escola, compete concretizar, na prática, um determinado projeto. Ou seja, a Escola torna explícito o seu projecto através do currículo que concretiza pela prática."(p.14)

Sob esta ótica é preciso dar relevância a idéia de que o trabalho coletivo significa e exige respeito mútuo, disponibilidade para falar, ouvir, analisar, ponderar, fazer concessões, estudar, buscar fundamentos para justificar o trilhar esse e não aquele caminho, tempo para amadurecer..., entre outras tantas posturas pouco usuais no momento e tão necessárias a um projeto de construção coletiva.

A questão assim colocada pode significar a necessidade de mudanças na nossa lógica conservadora de pensarmos o nosso fazer ; de proceder diante de mudanças, diante do novo e do outro; bem como, diante da revisão de nosso currículo, no sentido de rompermos com a fragmentação de nossas disciplinas e pensarmos em caminhos metodológicos que possam nos conduzir a uma visão mais holística de conhecimento por meio do alcance da inter- disciplinaridade, ou quiçá, da já tão propalada trans-disciplinaridade (no sentido de se envolver, propor uma maior interação entre as áreas de conhecimento científico).O que exigiria diálogo acadêmico constante, disponibilidade para trabalhar e conviver com a diversidade, respeito as decisões coletivas, atrelamento das disciplinas ou áreas via trabalho docente à proposta pedagógica norteadora do desenvolvimento do curso.

Como contribuição para este momento em que se pensa os rumos do curso de Pedagogia, eu gostaria de me colocar como defensora, sim, desse curso, pois acredito ser fundamental a existência do profissional da Educação. Pois é assim que eu entendo o pedagogo. Entendo-o na mesma linha defendida por Bertrand e Houssaye (estudiosos franceses), que defendem que o pedagogo deva ser um professor por excelência, cuja perspectiva de atuação não se esgota aí, mas é condição fundamental para realização de seu fazer em qualquer outra instância ou campo de atuação.

O curso deveria formar, então, o profissional da Educação que tem no fenômeno educativo, ou na prática pedagógica intencional, ocorrida dentro ou fora do sistema escolar, o seu eixo fundamental de atuação. Que esse profissional possa ter conhecimentos e competências para entender, analisar, efetivar, diagnosticar, redefinir a prática pedagógica, ou a complexidade do processo educativo enquanto atividade criadora que possa levar o ser humano a realizar integralmente suas potencialidades e atingir a plenitude de sua vida sendo feliz, realizado.

O pedagogo, assim definido, deverá prover o processo de formação e desenvolvimento do ser humano sob sua responsabilidade, por meio do acesso ao conhecimento (pessoal, cultural, científico, social, específico...).

De certa forma, acredito estar encaminhando a minha linha de raciocínio no sentido de encontrar o imprescindível pedagógico para o processo formativo de nossos profissionais como o sugere o autor educacional português Albano Estrela, nas suas palavras precisamos identificar o “irredutível pedagógico”.

E aqui caberia a questão : como é que os atores educativos, que atuam neste nosso curso de Pedagogia (FCL/UNESP/Car), entendem o profissional que estão formando ou que gostariam de formar ?

Esta é uma questão básica para procedermos a elaboração do nosso currículo como construção social, coletiva. Para tanto, devemos ter sempre em mente o nosso contexto social, suas exigências e necessidades, pois o currículo é a concretização de uma postura ideológica face à cultura, ao momento sócio-histórico-político-econômico em que nos encontramos.

A continuidade de nossas discussões para a construção de um currículo significaria a necessidade ou o dever de levarmos em consideração concepções e fundamentos dos profissionais envolvidos; ter clareza de com quem e com que poderemos contar para efetivarmos o nosso projeto educacional de formação, e numa necessidade como vamos buscar a sua participação; além de prever condições estruturais e campo profissional para que possam vir a atuar (mesmo acreditando que somos responsáveis por ampliar nosso campo de atuação profissional, responsáveis por promover modificações legais e não apenas ficarmos a reboque delas).

Apesar de podermos prever e prover novos campos de atuação para nós pedagogos, sou da opinião de que, como pertencemos a uma Universidade Pública, que mantém 4 dos 7 cursos de Pedagogia gratuitos do Estado de São Paulo,

não podemos nós furtar ao compromisso com o processo formal de escolarização. Ou seja, é compromisso político e dever histórico de ofício a necessidade de formarmos os professores que irão atuar nos diferentes níveis de ensino (estou incluindo a responsabilidade com os cursos de licenciatura também), pois já foi por demais comprovado em nossas pesquisas a fragilidade da formação oferecidas nos cursos de ensino médio (antigo 2ª grau / HEM).

Como pedagogos, profissionais da educação atuando na universidade pública, acredito que devemos buscar as melhores condições para fazermos do 3ª grau o “locus” da formação dos professores de Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental, não reconhecendo e até nos posicionando politicamente contra a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, que destina a eles a possibilidade de sua formação continuar a ser feita nos cursos de nível médio.

Então eu me pergunto:

Qual o motivo para quererem perpetuar os cursos de formação de professores, sobretudo para atuarem na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, como cursos aligeirados, de menor preocupação e investimento ? Qual o sentido ou o motivo de serem estes cursos pensados na perspectiva de dissociação entre ensino - pesquisa - extensão, essência pela qual temos nos debatido enquanto Universidade para mantermos, por considerarmos crucial esta vinculação em qualquer processo formativo que pretenda formar profissionais?

A quem interessa sermos considerados menores ou de menor valor profissional e social?

A quem interessa que os profissionais da Educação não tenham uma boa e digna formação ?

São perguntas necessárias de serem respondidas para que possamos atender a interesses claros e bem definidos e não a interesses escusos e elitistas.

E é desenvolvendo esse raciocínio que me posiciono de maneira bastante contrária a proposta de implementação dos

INSTITUTOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO, pois eles trazem, em seu conceito primeiro, o princípio de atender aos leigos que se encontram na ativa, por meio de cursos aligeirados e pouco estruturado em sua relação com a fundamentação teórica necessária e suficiente para a atuação do professor. O posicionamento firme de universidades, fóruns, associações face a esta questão, bem como o interesse do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo em promover uma melhor formação para os seus quadros, gerou movimento contrário à homologação da Resolução sobre os tais ISEs, para que possam ser adotadas medidas outras que garantam a formação digna e valorizada dos nossos professores.

A proposta de tais institutos promove implicitamente a dissociação entre ensino – pesquisa no processo de formação. Assim, teremos de um lado os que pensam a Educação e de outro os que a praticam, bem ao estilo do processo de formação implementado em Portugal e tão criticado pelos seus atores educativos, como por exemplo o Professor António Nóvoa.

Eu teria ainda, antes de iniciarmos o debate, algumas questões pontuais que considero serem de fundamental importância para discutirmos face a re-elaboração curricular possível para o nosso Curso.

Em primeiro lugar, acredito seja necessário esclarecermos que no curso de formação básica nós devemos favorecer ao aluno o conhecimento referente ao seu objeto de estudo e de realização profissional. O que significa dizer, é que não devemos querer formar o pesquisador educacional no nosso curso de graduação, mas sim, instrumentalizá-lo para que possa se apropriar cada vez mais do seu fazer do ponto de vista de suas competências para investigar a sua própria prática, procurando formá-los de maneira que possam agir com criticidade, seriedade e competência. O aluno-mestre, durante a sua formação inicial deverá abastecer-se de um instrumental de busca que lhe permita responsabilidade com sua formação continuada independente de seu oferecimento institucional.

Acredito que o pesquisador deva ser uma decorrência do profissional que, no seu efetivo exercício, encontrou elementos instigadores que o conduziu ao seu desvelamento. Caso contrário, estaremos reforçando práticas de momentos anteriores e tão criticados na nossa história, em que tínhamos o pesquisador de gabinete distanciado de sua realidade. A formação do pesquisador que busca elaborar cientificamente o conhecimento é compromisso dos cursos de Pós-Graduação e assim deve sê-lo.

Em segundo lugar, fico bastante preocupada com a idéia de formar o generalista que de tudo entende e para tudo tem competências. Questão que deve ser encarada com muito cuidado, pois corremos o perigo de acabar não formando para direção nenhuma. Entender o pedagogo como profissional da educação é muito diferente de entendê-lo como um generalista e as conseqüências em termos de formação são bastante díspares.

Em terceiro lugar, não podemos nos furtar a uma discussão e um compromisso sério em proporcionar ao futuro professor uma experiência significativa e edificante por meio de um prática de ensino que lhe garanta elementos para a construção inicial dos esquemas práticos de ação docente, em que pese a reflexão fundamentada sobre a sua ação. Tais esquemas são fundamentais para a elaboração dos esquemas estratégicos considerados como um fazer mais intelectual do profissional. (Angotti, M. 1998) O que significa alertar para a mudança de paradigma na formação, assumindo os princípios da racionalidade prática como o sustentáculo da construção, apropriação e desenvolvimento do fazer profissional.

Como quarta questão, defendo a sólida formação baseada sobretudo no estudos dos educadores clássicos, sem que com isto corramos o perigo de nos distanciarmos do momento atual, mas sim, como fundamento para melhor entendê-lo e prover a sua qualidade.

Finalizando, chamo a atenção para a existência de vários campos que estão se abrindo para a atuação do pedagogo e que devem merecer um pouco mais de nosso interesse, tais como : a área de recreação vinculada ao turismo ; a atuação na saúde, no trabalho educacional e de motivação da criança para enfrentar períodos de internação hospitalar ; participação em programas municipais de orientação, ex : prevenção da AIDS, erradicação da Dengue..., enfim, em todos os setores que tratam das questões relacionais ou interpessoais mediadas por um conhecimento, ou seja definidos por meio do processo de ensino – aprendizagem, que tenham por intenção propiciar a aprendizagem, a formação e o desenvolvimento integral do ser humano.

A formação de profissionais para trabalharem nestes novos campos de atuação deve ser objeto de nossas reflexões. O como poderemos otimizar, construir conhecimento para prover a melhor formação e atuação do profissional nestas novas áreas ? Como poderemos direcionar ou não nossos esforços para estas direções? Estas são perguntas que cabe a nós buscar as respostas.

Este artigo tem por finalidade, assim como teve a apresentação na mesa-redonda, por meio de um caráter mais geral, propiciar indagações, instigar cada um a perceber a sua contribuição e a sua responsabilidade na configuração de uma nova proposta de curso de Pedagogia. Busquei explicitar questões que se colocam como a-priori para se pensar a reformulação do curso, o seu currículo, bem como destacar compromissos que advém desta empreita.

Quero crer que, por meio destas colocações, situações possam ser desencadeadas no sentido de pensarmos o que desejamos para o nosso futuro, para o futuro do nosso curso de Pedagogia e dos profissionais por nós formados.

BIBLIOGRAFIA:

- ANGOTTI, M. *Aprendizagem profissional : os primeiros passos no magistério pré-escolar* -Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós- Graduação em Educação, CECH, 1998.
- ESTRELA, A. *Pedagogia, Ciência da Educação ?* - Porto : Porto Editora, 1992.
- GOODSON, I. F. *A construção social do currículo* – Lisboa: Educa, 1997.
- VILAR, A.M. *Currículo e Ensino : para uma prática teórica* – Portugal : Edições Asa, Colecção Horizontes da Didática, 1994.